

CULTURA DIGITAL NA EDUCAÇÃO BÁSICA: USOS DA EDUCOMUNICAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS NA REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR

Gabriella Santana Santos¹

Edvaldo Souza Couto²

Verónica Sofia Ficooseco³

RESUMO

O objetivo do artigo é analisar como as políticas públicas educacionais na Região Metropolitana de Salvador vem utilizando o conceito de Educomunicação para implementar ou consolidar em suas redes de ensino básico a Cultura Digital. Para alcançar este objetivo o estudo avaliou se nos referidos municípios há implementação, seja na estrutura orgânica, seja no desenvolvimento de ações práticas, de elementos relacionados ao conceito da Educomunicação, visando cumprir as disposições legais expressas no Plano Nacional de Educação – válido para o decênio 2014/2024 – e na Base Nacional Curricular Comum para os segmentos Infantil e Fundamental, aprovada em 2017 e que deve entrar em vigor nos municípios a partir do ano de 2020. O método usado foi o documental. Foram analisados os Planos Municipais de Educação dos municípios da Região Metropolitana de Salvador, os organogramas das referidas secretarias municipais e publicação de ações realizadas no âmbito escolar das referidas redes municipais, datadas de 2017 e 2018, anos em que foram iniciadas as atuais gestões municipais dos referidos sítios. O estudo concluiu que, apesar da pouca menção ao termo, alguns municípios já desenvolvem ações importantes na área.

PALAVRAS-CHAVE

Cultura Digital. Educomunicação. Políticas Públicas Educacionais. Educação Básica. Plano Municipal de Educação.

1 INTRODUÇÃO

A cultura digital já é uma realidade corrente em diversos espaços sociais, sendo impossível para os cidadãos nascidos nesse século ou não ignorá-lo. A cultura digital, presente nos diversos meios – de interação, comunicação, consumo etc. – engloba também os procedimentos ligados ao ensino e à aprendizagem, exigindo de todos os envolvidos nesse processo (alunos, professores, demais profissionais de educação e gestores

¹ Mestre em Estudos de Linguagens - PPGEL/Uneb, Especialista em Educação e Tecnologia Aberta e Digital - UFRB, Assessora Especial Prefeitura Municipal de Lauro de Freitas.

² Pós-Doutorado em Educação (UFRGS). Doutor em Educação (UNICAMP). Professor Titular na Faculdade de Educação – UFBA. Bolsista em Produtividade do CNPQ

³ Pós-Doutorado em Educação – UFBA. Doctorado en Comunicación pela Universidad Nacional de La Plata. Professora Visitante na Universidade Federal da Bahia - UFBA

educacionais das esferas públicas e privada), novas posturas e práticas. Apesar de muitos educadores, por medo, comodismo, inaptidão ou, principalmente, falta de recursos tecnológicos em suas unidades de ensino, optarem por não fazer uso de dispositivos digitais e demais elementos ligados ao contexto da Cultura Digital, é perceptível que não será mais possível manter-se no que, metaforicamente, podemos chamar de “aldeia gaulesa”, ou seja, um reduto isolado de todos os elementos digitais tão massificados e “democratizados”⁴ no século 21, quando se tornou ainda mais necessário uma integração entre educação e comunicação.

Se levarmos em conta apenas a questão da aquisição, o conceito de democratização pode ser analisado de forma literal. Pesquisa publicada por TIC Educação em 2018 aponta que somos 120,7 milhões de usuários de Internet (utilizaram a Internet há menos de 3 meses). Entretanto, o conceito de democratização aqui é grafado entre aspas pois coadunamos com André Lemos quando este afirma que a inclusão e democratização ao universo digital é mais amplo que o simples consumo desses equipamentos. Em artigo de LEMOS, RIGITANO e COSTA (2007, p. 17), é possível entender isso:

Deve-se compreender que os esforços empreendidos para que cada vez mais cidadãos possam utilizar os recursos dos NTIC não devem se restringir ao provimento de acesso a máquinas e a redes. Deve-se estimular, além dessas aquisições básicas de máquinas, softwares e acessos às redes, a apropriação criativa, a capacitação educacional e o estímulo à produção de conteúdo inovador. O desafio, assim, não pára no acesso material às NTICS, mas deve ser perseguido no aprendizado crítico e criativo com o objetivo de melhorar as condições materiais e simbólicas de vida da população brasileira.

A princípio, se faz necessário refletir sobre alguns elementos: o que se entende por cultura digital? Quais são os conceitos utilizados para pensar a apropriação dessa realidade em contexto escolar? Como em um país em desenvolvimento como o Brasil tal conceito pode ser consolidado e aplicado no Ensino Básico das redes públicas, considerando que este segmento é de responsabilidade da União, dos Estados e dos Municípios? Frente a estes questionamentos, em especial a este último, este artigo tem como objetivo analisar como as

políticas públicas das escolas da rede municipal da Região Metropolitana de Salvador vêm utilizando o conceito de Educomunicação para implementar ou consolidar a cultura digital.

Para alcançar este objetivo, o artigo avaliou, por meio da utilização do método documental, se, nos referidos municípios, há implementação, seja na estrutura orgânica, seja no desenvolvimento de ações práticas, de elementos relacionados ao conceito da Educomunicação, visando cumprir as disposições legais expressas no Plano Nacional de Educação – Lei Federal Nº13.005/2014, válido para o decênio 2014/2024 – e na Base Nacional Curricular Comum, aprovada em 2017 e que deve entrar em vigor nos municípios até o ano de 2020, especialmente no que concerne às competências e instrumentalização para apropriação da cultura digital no processo educacional.

Foram analisados os Planos Municipais de Educação (PME) dos municípios da região metropolitana de Salvador, quando disponibilizados para consulta pública, os organogramas das referidas secretarias municipais e publicação de ações realizadas no âmbito escolar das referidas redes municipais, datadas de 2017 e 2018. Justifica-se esse período da pesquisa por se tratar de anos nos quais se iniciam as novas gestões administrativas municipais, exceto em casos de reeleição.

2 EDUCOMUNICAÇÃO E CULTURA DIGITAL

A cultura digital é uma construção coletiva que reconfigura a cultura e a vida social, a partir das experiências dos indivíduos com as tecnologias. Apesar de fazer parte do contexto do desenvolvimento tecnológico e científico da sociedade, a cultura digital não está determinada por este advento, ao contrário, ela emerge como consequência do uso e da apropriação social das tecnologias de informação e comunicação no cotidiano (SILVA, 2013). Nesse sentido, é importante destacar que o conceito de cultura digital é bem mais amplo do que a relação entre a utilização ou não de dispositivos tecnológicos. Ela envolve toda a relação que os indivíduos desenvolvem com esses instrumentos, os valores que agregam a eles e a reflexão que é feita a respeito das interações possíveis.

Com o avanço cada vez mais rápido das Tecnologias de Informação e Comunicação podemos diluir fronteiras, ampliar nossos espaços de interação, aprendizado e sociabilidade e nos conectarmos cada vez mais rápido e com mais pessoas. Desse modo, vivemos

também um processo de ruptura e disfunção que nos faz questionar: como ocorrem os espaços de aprendizagem? Vivemos um momento de ruptura entre o que ensinamos e o que aprendemos?

É preciso refletir como vivenciamos a cultura digital e suas potencialidades educativas. COUTO, PORTO e SANTOS (2016) afirmam que a nossa atualidade é marcada pela cultura digital, caracterizada pelas inovações tecnológicas, destacando que as interfaces colaborativas presentes nos dispositivos móveis, estimulam processos criativos e de produção de conteúdo, especialmente por parte de discentes e docentes, que podem se apropriar disso para aprimorar as suas capacidades de leitura, escrita e pesquisa nos ambientes *on line*, mas também nos ambientes *off line*. Diante desse quadro, podemos nos questionar, então “o que tem sido feito no campo da educação [...], Como temos estruturado nossas práticas pedagógicas diante dessas diversas linguagens?” (SARTORI, 2010, p. 43)

Há uma série de elementos que pode ser levado em conta no atual cenário social. Diferenças geracionais, mudanças das formas de aprender, por exemplo. Levy (1999, p. 173) contextualiza esse momento apontando o que ele vai chamar de “*savoir-faire*” ignorada por nossos ancestrais: “após o fim dos anos 60, começamos a experimentar uma relação com o conhecimento e com o *savoir-faire* ignorada por nossos ancestrais”. Essa relação envolve uma descontextualização entre o que se conhece e o que se vivencia, alimentando ainda mais a distância entre o que se ensina e que se aprende. Pesquisas também apontam que o conceito de “experiência” como fundamental para que essa distância diminua e a aprendizagem volte a ocorrer de fato, proporcionando que o excesso de informação, característico desse século, se torne conhecimento, e, melhor, conhecimento útil e prático.

A necessidade de criação e implementação de políticas públicas que se coadunam com as propostas de usos das Mídias e das Tecnologias de Informação e Comunicação e tentam solucionar essa tensão emergente tem impulsionado as gestões públicas a implementar em suas estruturas organizacionais práticas que dialoguem a educação e a comunicação. Instituições como a Unesco apontam em relatórios recentes que, além dessa demanda ser urgente, ela deveria ser pensada como uma ação que acompanhasse passo a passo o avanço tecnológico, recomendando que o “ideal seria que educação e tecnologia caminhassem lado a lado”. (UNESCO, 2014, p. 19). Porém, o mesmo relatório ressalta o

descompasso nesse sentido, apontando a ineficácia de educadores, mas, especialmente, de gestores, que não tem conseguido perceber o potencial da tecnologia para melhorar os processos de ensino e aprendizagem.

Apesar dessa constatação, é possível perceber no Brasil marcos legais como o Plano Nacional de Educação e a Base Nacional Curricular Comum apontando que tanto as gestões quanto os profissionais de educação precisam dialogar com as múltiplas linguagens, desenvolvendo alunos competentes para os usos das mídias. Sinteticamente, citamos no quadro abaixo alguns trechos destes documentos que apontam a necessidade de aprofundamento na questão da cultura digital em sala de aula:

Quadro 1: Marcos legais correspondentes a utilização ou formação de competências relacionadas à Cultura Digital

Plano Nacional de Educacional Lei Federal Nº13.005/2014	BNCC
• Institucionalizar e manter, em regime de colaboração, programa nacional de ampliação e reestruturação das escolas públicas, por meio da instalação de quadras poliesportivas, laboratórios, inclusive de informática, espaços para atividades culturais, bibliotecas, auditórios, cozinhas, refeitórios, banheiros e outros equipamentos, bem como da produção de material didático e da formação de recursos humanos para a educação em tempo integral; • Prover equipamentos e recursos tecnológicos digitais para a utilização pedagógica no ambiente escolar a todas as escolas públicas da educação básica, criando, inclusive, mecanismos para implementação das condições necessárias para a universalização das bibliotecas nas instituições educacionais, com acesso a redes digitais de computadores, inclusive a internet.	Competências 4 e 5: • Utilizar diferentes linguagens para se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos e produzir sentidos que levem ao entendimento mútuo. • Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais.

Fonte: Elaborado pelos autores

Nesse sentido, avaliamos como o conceito de Educomunicação e suas práticas em espaços escolares das redes públicas podem auxiliar as gestões na esfera municipal a construir políticas públicas efetivas e empenhadas na melhoria dos processos de ensino/aprendizagem, proporcionando um ambiente de aprendizado eficiente e

verdadeiramente transformador, alinhado com a Cultura Digital. Por se tratar de um campo de saber ainda em construção, a análise da implementação dessas práticas ainda é incipiente e carece de sistematização, inclusive na tentativa de validar ou refutar a sua aplicabilidade em âmbito educacional, levando-se em conta as experiências que já foram ou estão sendo implementadas. Apontamos isso com base em SARTORI (2010, p. 43), quando afirma que “a Educomunicação tem se constituído como resposta, dentro do contexto latino americano, e que tem conquistado espaço internacionalmente”.

Segundo SOARES (2011, p. 53), o conceito de Educomunicação vem sendo apresentado como um aliado no processo de gestão pedagógica das reformas pretendidas, oferecendo substancial contribuição para a formação do jovem, na medida em que, pelas experiências de uma comunicação compartilhada, abre para ele novas possibilidades de leitura e de construção do mundo. Entretanto, são poucos os documentos legais que trazem a Educomunicação como suporte para disseminação da cultura digital como política pública. No âmbito nacional, destacamos a utilização do termo na cartilha preparatória para as Conferências Estaduais de Meio Ambiente (BRASIL, 2008), um dos primeiros documentos legais que trata do conceito, a proposta de implementação de práticas educacionais como um macrocampo de atuação no programa Mais Educação – antes da reformulação e mudança de nome para “Novo Mais Educação” – e, a mais recente, a proposta de utilização da metodologia educacional para a realização das pré-conferências locais dos direitos da Criança e do Adolescente.

3 EDUCOMUNICAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS MUNICIPAIS NA REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR

Para avaliar se há uma relação entre as políticas públicas municipais educacionais na Região Metropolitana de Salvador e o conceito/práticas educacionais, a princípio, foram analisados se havia Planos Municipais de Educação nos 13 municípios da região e, se nesses planos, havia alguma menção ao termo.

A Região Metropolitana de Salvador, também conhecida como Grande Salvador e pela sigla RMS, foi instituída pela lei complementar federal número 14, de 8 de junho de 1973. Com 3899 533 habitantes segundo a estimativa para 2018 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), passa a ser a segunda maior aglomeração urbana do Nordeste brasileiro (segundo o Censo de 2010), e a sétima do Brasil, além de ser a 109.^a mais populosa do mundo (dado de 2007).

Concentrando aproximadamente 43,94% do PIB estadual, é também a metrópole mais rica do Norte-Nordeste. Compreende os municípios de Camaçari, Candeias, Dias d'Ávila, Itaparica, Lauro de Freitas, Madre de Deus, Mata de São João, Pojuca, Salvador, São Francisco do Conde, São Sebastião do Passé, Simões Filho e Vera Cruz. (WIKIPEDIA, 2018)

Destes municípios, São Francisco do Conde, Simões Filho e Dias D'Ávila não possuíam em suas páginas ou em outros espaços de divulgação o PME acessível, não sendo possível avaliar se há menção ou não ao termo. Os municípios de Camaçari, Candeias, Itaparica, Lauro de Freitas, Madre de Deus, Pojuca, Salvador, São Sebastião do Passé, Simões Filho e Vera Cruz não fazem menção ao termo em seus planos, que estão disponíveis nas páginas das prefeituras municipais. O único município da região metropolitana que cita o termo é Mata de São João.

No PME de Mata de São João, (Lei Nº. 589/2015, de 17 de Junho de 2015) a primeira menção ao termo Educomunicação indica qual será a forma de utilização do conceito enquanto política pública: “Ampliar o foco do currículo escolar sobre os temas transversais inclusive aos referentes às relações Étnicos Raciais, Meio Ambiente, Direitos Humanos, **Educomunicação**, Educação Sexual, Desigualdade, Discriminação e Diversidade (MATA DE SÃO JOÃO, 2015, p. 18. Grifo Nosso). Ou seja, o município entende Educomunicação como tema transversal. Ora, a abordagem dada pelo plano foge ao que é proposto a respeito do conceito. De acordo com SOARES (2003), Educomunicação envolveria a criação de ações que abarcariam planejar, implementar e criar práticas comunicativas em ambientes educacionais ou não, de modo a desenvolver o que o autor chama de “ecossistemas comunicativos” que permitam a interação de todos os membros, suas múltiplas possibilidades de interação com/para os meios e o protagonismo juvenil/estudantil.

Desta forma, o conceito estaria muito mais ligado a ideia de ações a serem planejadas, implementadas e monitoradas nos ambientes escolares que um tema transversal ou conteúdo a ser agregado ao currículo. Ainda a respeito de conceitos, os Parâmetros Curriculares Nacionais específicos para os Temas Transversais (BRASIL, 1997), afirmam que esses conteúdos fazem referência a construção de uma formação cidadã, ética e igualitária, pautada em valores como igualdade de direitos e dignidade da pessoa humana, sugerindo que

[...] há outros temas diretamente relacionados com o exercício da cidadania, há questões urgentes que devem necessariamente ser tratadas, como a violência, a saúde, o uso dos recursos naturais, os preconceitos, que não têm sido diretamente contemplados por essas áreas [português, matemática ou ciências, por exemplo]. Esses temas devem ser tratados pela escola, ocupando o mesmo lugar de importância (BRASIL, 1997, p. 23)

E vai além:

A eleição de conteúdos, por exemplo, ao incluir questões que possibilitem a compreensão e a crítica da realidade, ao invés de tratá-los como dados abstratos a serem aprendidos apenas para “passar de ano”, oferece aos alunos a oportunidade de se apropriarem deles como instrumentos para refletir e mudar sua própria vida. Por outro lado, o modo como se dá o ensino e a aprendizagem, isto é, as opções didáticas, os métodos, a organização e o âmbito das atividades, a organização do tempo e do espaço que conformam a experiência educativa, ensinam valores, atitudes, conceitos e práticas sociais. (BRASIL, 1997, pgs. 23 e 24)

Deste modo, é possível avaliar que, apesar de não empregar o conceito como definido pelos teóricos citados do campo, pensando em sua aplicação apenas como Tema Transversal, o município de Mata de São João dialoga com o que viria a ser a proposta educ comunicativa e sua aplicabilidade numa sociedade imersa na cultura digital, na medida em que suas múltiplas possibilidades para promover uma formação cidadã, plural e ética, dos aprendentes da educação básica do século XXI são consideradas. Essa proposta fica mais clara ainda, segundo o plano, quando este afirma que:

Diante dos novos desafios da sociedade contemporâneos, a educação cada vez mais precisa ampliar os espaços, tempos e oportunidades educativas, o que busca justamente a promoção de uma educação significativa. Considerando a possibilidade de converter-se num espaço privilegiado para garantir as novas gerações os conhecimentos e as habilidades indispensáveis para que se comunique com autonomia e autenticidade. Dessa forma, não há como não falar em Educomunicação, pois essa aproximação entre comunicação e educação se torna essencial. Através da Educomunicação há possibilidades da escola transformar-se num lugar de experiências culturais, informações e educação. Quer seja no espaço formal ou nos ambientes informais, a Educomunicação deve ser entendida como campo de formar cidadãos politicamente capazes de interagir com as tecnologias atuais. (MATA DE SÃO JOÃO, 2015, p. 147)

O segundo critério usado para avaliar a implementação, como proposta de políticas públicas municipais, foi realizar busca com a utilização dos termos “Educomunicação” e “Cultura Digitais”, seguido dos nomes dos supracitados municípios, para identificar publicações, material didático ou outros *links* relacionados ao termo e às gestões educacionais municipais. Neste caso, apenas na pesquisa dos termos associados ao

município de Lauro de Freitas foi possível encontrar resultados que indicam que, apesar de não constar nem na estrutura organizacional da secretaria nem em seu PME, o conceito vem sendo discutido/aplicado, com o intuito de aproximar as práticas educacionais da cultura digital, como pode ser visto nas figuras 1, 2 e 3:

Figura 1: notícia veiculada pela assessoria de comunicação da Prefeitura de Lauro de Freitas em Blog local.

Lauro de Freitas discute uso de tecnologias na rede municipal de ensino nesta quarta (19)

Para debater o uso de Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC's) como meio produtor de conhecimentos, o Núcleo de Educomunicação da Secretaria Municipal de Educação (SEMED) promove o "I Seminário Educadigital: Inovação e Tecnologias na Rede de Educação Básica de Lauro de Freitas", nesta quarta-feira (19), das 8h às 13h, na faculdade Unime. O seminário envolve professores, gestores, coordenadores e é aberto ao público interessado.

A partir das 8h está programado o credenciamento. Às 9h se inicia a palestra de abertura "Uma tecnologia educacional é emergente" ministrada pelo secretário de Educação, Paulo Gabriel Nacif, seguido de debates. A mesa redonda "Políticas Públicas de Inovação e Tecnologia" traz convidados às 10h15. A partir das 12h, o público participa de oficinas formativas da suíte do Google for Education.

Jornalista Laerte Santana
ASCOM Prefeitura de Lauro de Freitas
18/09/2018

Fonte: blogdelau.com.br

Figura 2: Matéria veiculada pela assessoria de comunicação da prefeitura de São Paulo mencionando a visita de comitiva de Lauro de Freitas ao Núcleo de Educomunicação São Paulo

Educadores de Lauro de Freitas visitam projetos de Educomunicação

26

dialogam com a cultura digital na rede de educação básica de Lauro de Freitas foram visualizados, entre os anos de 2017 e 2018, apontando para a atuação desse município frente ao tema.

Sobre os outros 11 municípios pesquisados, verificou-se que alguns registros utilizando o termo “Educomunicação” são anteriores a 2017 e referem-se ao termo como parte do programa Mais Educação. Outros registros a respeito do termo, apesar de datar nos anos de 2017 e 2018, referem-se ao projeto chamado «Conviver», ligado à Petrobras e que contempla diversos municípios de região metropolitana, tendo como principal característica ser ligado ao terceiro setor, não sendo necessariamente uma ação fomentada pelas gestões municipais.

As buscas utilizando o termo “Cultura Digital” não apontam para ações relacionadas à educação, diretamente. Ainda foi possível analisar que, em muitos casos, as buscas pelos dois termos indicavam ações realizadas por unidades educacionais das redes de ensino particular ou, ainda, para publicações referentes a utilização do termo (através de oficinas e práticas) em discussões fomentadas por grupos do movimento social ou ONG’s, e nos casos dos municípios de Simões Filho e Catu, ações formativas desenvolvidas pelos Institutos Federais.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dos municípios analisados, apenas um traz o termo “Educomunicação” em seu PME. Alguns noticiam em suas páginas ações consideradas educacionais, mas, a maioria não utiliza o conceito. Apesar disso, percebe-se algum tipo de discussão a respeito do campo em outras frentes, como poderá ser visto ao longo deste artigo.

Apesar da quase inexistência da utilização do termo “Educomunicação” nas propostas apresentadas pelas redes públicas municipais de educação para os seus referidos Planos Municipais, percebemos que o conceito é aplicado, de forma individual ou em ações práticas, por professores, unidades escolares e, como nos casos específicos dos municípios de Lauro de Freitas e Mata de São João, como proposta de ações que construam políticas públicas.

Percebe-se que o campo da Educomunicação, ainda em construção, pode trazer contribuições significativas para as discussões formativas que visam uma educação múltipla,

democrática, cidadã e inclusiva, utilizando-se dos meios e das diversas linguagens midiáticas, especialmente das mídias digitais. A consolidação do campo da Educomunicação como ciência passa por analisar o seu potencial frente aos desafios impostos pela Cultura Digital e as práticas educativas, oportunizando práticas formativas que possibilitem uma verdadeira inclusão digital, maior que a simples instrumentalização e aquisição de equipamentos e tecnologia, tão comum nos dias de hoje. Desta forma, é preciso refletir as potencialidades deste conceito, visto que ele preconiza, entre outras coisas, o protagonismo juvenil e a formação contínua dos profissionais de educação, a fim de que estes possam mediar de forma eficaz os saberes curriculares e as vivências e relações com as mídias – especialmente as digitais.

Entretanto, sabemos que a simples aquisição de equipamentos (algo comum nas redes públicas de educação que não se furtam em empregar investimento em “novidades tecnológicas”) não produz impactos relevantes nos processos educativos. A apropriação de estratégias, seja via a Educomunicação, seja via outras vertentes que dialoguem com a relação dos aprendentes com a Cultura Digital e sua consolidação nos documentos que pautam as diretrizes educacionais municipais é algo de suma importância para a educação básica, visto que estes documentos são os instrumentos possíveis para reforçar as garantias de avaliação, monitoramento e sustentabilidade de processos exitosos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. SECRETARIA DA EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL. **Parâmetros Curriculares Nacionais:** apresentação dos temas transversais, ética. Brasília: MEC/ SEF, 1997

BRASIL, Ministério do Meio Ambiente, Ministério da Educação. **Passo a passo para a conferência de meio ambiente na escola + Educomunicação: mudanças ambientais globais.** Senic, 2008.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação 2014-2024** [recurso eletrônico] : Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Brasília : Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014.

BRASIL. Base **Nacional Comum Curricular (BNCC).** Educação é a Base. Brasília Disponível em: www.mec/consed/undime. Acesso em 03 de jan. de 2018.

COUTO, E. S.; PORTO, C.; SANTOS, E.. (Org.). **App-Learning:** experiências de pesquisa e formação. .Salvador: EDUFBA, 2016.

DATA CETIC, Pesquisa TIC Domicílios. Disponível em: https://cetic.br/media/analises/tic_domicilios_2017_coletiva_de_imprensa.pdf, Acesso em 05 de nov. 2018.

LEVY, P. **Cibercultura**. (trad.) Carlos Lineu Costa. São Paulo: Ed. 34, 1999.

SARTORI, A. S. **Educomunicação e sua relação com a escola**: a promoção de ecossistemas comunicativos e a aprendizagem distraída. In: Comunicação, Mídia e Consumo, v. I n7, jun 2010, p 33-48.

SILVA, M. G. M. Mobilidade e construção do currículo na cultura digital. In: ALMEIDA, M. E. B.; DIAS, P.; SILVA, B. D.(Orgs.). **Cenários de inovação para a educação na sociedade digital**. São Paulo: Loyola, 2013.

SOARES, I. de O. **Educomunicação – o conceito, o profissional, a aplicação**: contribuições para a reforma do ensino médio. São Paulo: Paulinas, 2011

UNESCO. **O futuro da aprendizagem móvel**: implicações para planejadores e gestores de políticas. Brasília: Unesco, 2014.

WIKIPÉDIA. **Região Metropolitana de Salvador**. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Região_Metropolitana_de_Salvador, Acesso em 05 de nov. De 2018.

DIGITAL CULTURE IN BASIC EDUCATION: USES OF PUBLIC POLICY EDUCATION IN THE SALVADOR METROPOLITAN REGION

ABSTRACT

This article has a main objective how public educational politics in The metropolitan Regional of Salvador have been using The concept of educommunication to implement or consolidate in their basic education networks the digital culture In order to reach this objectives, this article evaluated whether in the mentioned municipalities. There are implementation, either in the organic structure or in the Development of practical actions, of elements related to the concept education, then to comply with the legal provisions expressed in the national education Plan - valid for the 2014/2024 decade and on the common national curriculum basics for the children and fundamental segments, approved in 2017, using the documentary method. We analyzed the municipal education plan of the metropolitan region of Salvador, the organization charts of said secretaries and publication of actions carried out in the school context network 2017 and 2018, the year in which the current municipal. It was noticed that, despite the lack of mention to the terms, some municipalities already carry out important actions in the area.

Keywords: Digital Culture in Basic Education. Educommunication. Public Educational Policies. Basic Education in the Metropolitan Region of Salvador. Municipal Plan of Education.

CULTURA DIGITAL EN EDUCACIÓN BÁSICA: USOS DE LA EDUCACIÓN EN POLÍTICAS PÚBLICAS EN LA REGIÓN METROPOLITANA DE SALVADOR

RESUMEN

El objetivo de este artículo es investigar cómo las políticas públicas educativas en la región metropolitana de Salvador han estado utilizando el concepto de Educomunicación para implementar o consolidar la Cultura Digital en sus redes de educación básica. Para lograr este objetivo, el estudio evaluó si existe implementación en estos municipios, sea en la estructura orgánica o en el desarrollo de acciones prácticas, elementos relacionados con el concepto de Educomunicación, con el objetivo de cumplir con las disposiciones legales expresadas en el Plan Nacional de Educación, válido para la década 2014/2024 - y la Base Curricular Nacional Común para los segmentos de Niños y Primarias, aprobada en 2017 y que debe entrar en vigencia en los municipios a partir del año 2020. El método utilizado fue el documental. Se analizaron los Planes de Educación Municipal de los municipios de la Región Metropolitana de Salvador, así como los organigramas de las secretarías municipales referidas y la publicación de acciones llevadas a cabo en el ámbito de las redes municipales referidas, que datan de 2017 y 2018, años en que se iniciaron las administraciones municipales actuales de tales sitios. El estudio concluyó que, a pesar de la poca mención del término, algunos municipios ya están desarrollando acciones importantes en el área.

Palabras clave: Cultura digital. Educomunicación. Políticas públicas educativas. Educación básica. Plan Municipal de Educación.

Recebido em: 31/10/2019
Aceite em: 13/03/2020